

## O TRABALHO E A RAÇÃO (2681)

O Decreto-Lei 399, de 30/4/1938, ao regulamentar a Lei do Salário Mínimo, definiu a chamada "ração essencial": uma cesta alimentar composta de treze itens, em quantidades compatíveis com as necessidades de um trabalhador adulto durante trinta dias.

Em maio deste ano, em Belo Horizonte, o preço da "ração essencial" era de Cr\$152.723, o que significou crescimento de 8,8% em relação a abril deste ano e de 133,8% nos últimos doze meses (dados do DIEESE).

Admitindo-se que duas crianças comem o mesmo que um adulto, uma família de quatro pessoas dispenderia, em maio, apenas com alimentação, Cr\$459.169. Para quem recebe salário-mínimo, isso equivale a 110 horas de trabalho.

Esse número, indiscutivelmente elevado, tende a crescer com o passar do tempo. A razão é simples: o cálculo do DIEESE é de maio, mês em que o salário-mínimo sofreu reajuste e, imagina-se, seu poder de compra foi recomposto. Com a inflação que temos, esse poder de compra começa a se deteriorar no dia seguinte ao do reajuste salarial. Em junho, aquelas 110 horas-trabalho já não comprarão as mesmas

coisas, e menos ainda comprarão em outubro, véspera do próximo reajuste.

000